

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2022 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

Reuniram-se às 09h40min do dia 02 do mês de setembro de 2022, se reuniram no auditório do Parque Estadual Dois Irmãos, os membros do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe: Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco (SEMAS/PE) – Parque Estadual Dois irmãos (PEDI), Exército Brasileiro – Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC), Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Agência CONDEPE/FIDEM), Prefeitura do Recife, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP), Fórum Socioambiental de Aldeia (FSaA), Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE), Usina São José, Associação Águas do Nordeste (ANE) e Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN), além de representantes do Instituto Tecnológico de Pernambuco (ITEP), da comunidade e servidores da CPRH e da SEMAS para debaterem sobre a seguinte pauta: **a) Aprovação da ata da reunião anterior; b) Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes; c) Discussão sobre procedimentos da CPRH no licenciamento, fiscalização e implementação do corredor ecológico na APA Aldeia-Beberibe; d) Atualização sobre o andamento da revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba; e) Atualização sobre o projeto da Escola de Sargentos de Armas do Exército (ESA) no CIMNC; f) Atualização sobre o projeto do Arco Viário Metropolitano; e g) Informes Gerais.** Na função de gestora da APA e Presidente do Conselho Gestor, iniciei a sessão dando boas-vindas a todos. Agradei a hospitalidade do PEDI em disponibilizar o espaço para nossa reunião e parabenizei a todos os envolvidos no projeto “Floresta Irmã” pelos resultados, em especial pela exposição recém-inaugurada que visitamos antes do início protocolar da presente reunião. Agradei também a presença de todos na reunião. Ao adentrar a pauta de discussão, houve a necessidade de inverter a ordem dos itens pautados, tendo em vista que o Sr. Valdir Luna, do ITEP, tinha outro compromisso. Dessa forma, entramos então no quarto ponto da pauta protocolar: **d) Atualização sobre o andamento da revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba.** Cedi a palavra ao Sr. Valdir Luna, coordenador técnico do Programa UC Pernambuco pelo ITEP, entidade contratada pela SEMAS para a elaboração do Diagnóstico, Plano de Manejo e Conselho Gestor da APA e do RVS Mata de Miritiba, que informou que foi iniciada a etapa do diagnóstico ambiental para revisão/elaboração dos planos de manejo das UCs, tendo sido realizadas a mobilização social e a oficina de diagnóstico socioambiental, atividades que subsidiaram a elaboração do Relatório Parcial que foi entregue pelo CEPAN. A Sra. Maíra Braga, da SEMAS, informou que enviou tal documento por e-mail no dia anterior a esta reunião, e justificou que o envio não foi feito antes porque houve uma falha na comunicação, já que ficou acordado na reunião anterior que o material seria disponibilizado. O Sr. Valdir continuou sua fala, informando que o Relatório Parcial será complementado com as informações geradas a

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2022 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

partir das atividades de campo, a serem desenvolvidas pelo CEPAN, para gerar o Diagnóstico Final do Plano de Manejo das supracitadas UCs. O ITEP, enquanto responsável pelo Zoneamento dos Planos de Manejo, elaborará um documento nos moldes do que está proposto para o programa UC Pernambuco como um todo, padronizando nomenclaturas semelhantes de áreas com determinadas destinações/vocações para o zoneamento entre as UCs albergadas no programa; no caso da APA Aldeia-Beberibe, que já tem Plano de Manejo, haveria uma conversão de nomenclaturas; para alinhamentos neste sentido, sugeriu a realização de uma reunião prévia entre a CPRH, SEMAS, CEPAN e ITEP antes da oficina de zoneamento. O Sr. Iran Vasconcelos, da Unidade de Gestão de Fauna (UGF/CPRH), que na ocasião estava representando a Diretoria de Biodiversidade e Unidades de Conservação (DBUC/CPRH), questionou se, no zoneamento, haveria a identificação de áreas destinadas à recuperação, já que isso facilitaria a implementação de projetos considerando a demanda crescente por áreas para compensação ambiental, ao qual o Sr. Valdir respondeu que essa atividade não está incluída nas atividades do programa. A conselheira Mônica Rocha, da Usina São José, comentou que seria interessante que essa demanda fosse atendida pelo Estado em alguma oportunidade, já que facilitaria a restauração de áreas nas UCs. A conselheira Silvana Rocha, da Agência Condepe/Fidem, questionou se serão definidas zonas de amortecimento para as UCs no âmbito do projeto, bem como as atividades proibidas nesse território, considerando a importância dessas áreas para o disciplinamento do uso e ocupação do solo no entorno dessas Unidades, o que é importante para a Agência que representa. O Sr. Valdir lembrou que nem todas as UCs tem necessidade de zona de amortecimento, como em Reservas de Floresta Urbana (FURBs); nesses casos, o ITEP propõe uma faixa interna de amortecimento na UC; nas Unidades que é necessária a zona de amortecimento, ela deverá ser definida e regulamentada. A Sra. Maíra Braga, comunicou que a SEMAS enfim conseguiu junto ao Exército Brasileiro a autorização para os estudos na Mata de Miritiba, cabendo ao CEPAN informar qual será o período de realização das pesquisas, para que ela elabore e envie o documento pois este trâmite para o agendamento será realizado via SEMAS. O representante do CEPAN, Pedro Sena, esclareceu que está organizando a logística, assim como os profissionais e que assim que tiverem um período definido informará a SEMAS. O Sr. Valdir também falou sobre o cronograma de atividades e informou que a Oficina de Conselho Gestor estaria prevista para o dia 20 de outubro mas que só será possível se o Diagnóstico Final for finalizado e aprovado pela SEMAS a tempo; a Oficina de Zoneamento está prevista para os dias 03 e 04 de novembro; após a realização destas Oficinas será feita a Devolutiva para a comunidade. O conselheiro Herbert, do FSaA, afirmou estar frustrado com o encaminhamento do projeto, já que as informações repassadas na reunião foram praticamente as mesmas daquelas apresentadas na reunião de junho, há 3 meses. O Sr. Valdir justificou que tanto a falta de autorização do Exército para as atividades de campo quanto alguns entraves na análise dos produtos pela SEMAS acabaram comprometendo o cronograma inicialmente

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2022 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

previsto. Como não houve tempo hábil para análise do material enviado pela Sra. Maíra ontem, sugeri que marquemos uma reunião do GT Revisão do Plano de Manejo para discutir o documento, além de incluir o CEPAN no GT para as discussões e contribuições, no sentido de agilizar e otimizar o tempo para trabalhar com o material. O CEPAN afirmou que está sim disponível, informou que já existem atualizações nos dados e que o território da APA é muito complexo tendo em vista a formação floresta/cidade/cana-de-açúcar, além de que o levantamento de dados está atrelado à pesquisa de campo. Agradei a contribuição dos presentes sobre esse ponto da pauta e então voltamos ao início da pauta para tratar do item: **a) Aprovação da ata da reunião anterior**, realizada no dia 22 de junho de 2022, que se deu após apreciação do texto pelos conselheiros presentes, por unanimidade. A seguir, passamos ao ponto: **b) Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes**; no entanto, todos os presentes já foram devidamente empossados, de modo que passamos ao ponto seguinte: **c) Discussão sobre procedimentos da CPRH no licenciamento, fiscalização e implementação do corredor ecológico na APA Aldeia-Beberibe**. Iniciei este item da pauta contextualizando os problemas enfrentados pela gestão da APA diante da existência de muitos empreendimentos e atividades sendo licenciados pelos municípios e pela própria CPRH sem o conhecimento da gestão da UC, o que impacta diretamente os procedimentos de fiscalização, e a necessidade de cobrança de providências pela gestão da SEMAS e CPRH; dessa forma, conforme deliberado na última Reunião deste Conselho, foi emitido o Ofício CGAPAAB nº 04/2022 para o Diretor-Presidente da CPRH e para os Diretores da Agência com o objetivo de convocá-los para esta reunião para expor o contexto de ameaças da APA, de modo a garantir a efetiva conservação no âmbito das atribuições de cada uma dessas Diretorias; e o Ofício CGAPAAB nº 05/2022 para a SEMAS, com o mesmo objetivo, conforme atribuições da Secretaria. Após esta fala, informei que por motivos diversos estava presente nesta reunião apenas o Sr. Iran Vasconcelos, Diretor Interino da DBUC, tendo em vista que a Diretora Janaína Teixeira se encontra afastada por motivo pessoal; e que devido à ausência dos outros Diretores, de setores imprescindíveis (licenciamento e fiscalização), fica inviável a discussão deste tema neste dia. Abordei também de uma forma geral que a CPRH vem passando por uma reestruturação em seu organograma e que as denúncias que são feitas via Ouvidoria estão sendo atendidas pela Diretoria de Fiscalização e, que as denúncias feitas diretamente pelo Conselho Gestor, eu tento atender enquanto gestora da APA nos casos de danos diretos ao território e à biodiversidade, como desmatamentos por exemplo. Cedi a palavra para o Sr. Iran, que justificou a ausência dos outros diretores e falou sobre a complexidade do território da APA com relação à fiscalização. Sobre esse tema, ele informou que apesar da reformulação que a CPRH vem passando, que a Agência não irá se eximir da responsabilidade de fiscalizar a APA e comentou também sobre o curso realizado no mês de Agosto do corrente ano voltado exclusivamente para a fiscalização em Unidades de Conservação. A conselheira Marina, do PEDI, sugeriu marcar uma reunião extraordinária para

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2022 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

tratar deste tema, tendo em vista a complexidade e a dificuldade dos Diretores comparecem numa reunião que tem outros temas em pauta. A conselheira Edneida, da ANE, falou sobre a necessidade de monitoramento dessas áreas fiscalizadas. A conselheira Mônica Rocha, da Usina São José, falou sobre a importância de definir procedimentos internos na CPRH para ficar claro para a sociedade; comentei que enquanto Conselho Gestor fica difícil contribuir em procedimentos internos da Agência, mas que podemos cobrar. O conselheiro Herbert, do FSaA, trouxe para a discussão o quanto desrespeitosa tem sido a Diretoria da CPRH no sentido de que não se apresenta ou dá retorno quanto a essa questão dos licenciamentos e autorização de supressão de vegetação nativa em área de mata atlântica dentro da APA, tendo em vista que este pleito é muito antigo; exemplificou com o licenciamento da termelétrica a gás sem incorporar o gasoduto nos estudos ambientais, sobre os desdobramentos das fiscalizações realizadas e questionou o papel de atuação do Conselho Gestor da APA; comentou ainda sobre a situação do Condomínio Hyeda Castro e do Clube Retrô, em especial sobre a autorização de supressão que foi emitida para o primeiro, onde o jurídico da CPRH alegou ser possível pelo erro de não ter sido publicado o mapa dos corredores ecológicos anexados, apesar da CPRH ter sido gestora do projeto e conhecer os limites do corredor. A Sra. Maíra, da SEMAS, justificou a ausência de Inamara e Maurício, e sugeriu que a SEMAS e a CPRH buscassem de forma interna discutir esse assunto antes de participar da reunião do Conselho Gestor. Comentei que a proposta de realizar um seminário com outros gestores de APAs para abordar sobre esses problemas e construir uma proposta para ser enviada ao CONSEMA para definição de procedimentos para ciência e anuência nos licenciamentos realizados nas UCs ou no seu entorno, o que é essencial para evitar transtornos futuros. Como encaminhamentos deste tema: realização de seminário juntamente com outros gestores de APAs para elaborar e sugerir procedimentos de licenciamento ambiental, provocar uma reunião extraordinária especificamente deste item entre a CPRH e a SEMAS e o conselho gestor com data a ser definida de acordo com a disponibilidade desses órgãos, e a elaboração de nota de repúdio pela postura da CPRH; no caso desse último ponto, a nota seria nominal com todos os representantes para ter uma maior força e não parecer uma conduta unilateral desta gestora. Passamos então para o próximo item da pauta: **e) Atualização sobre o projeto da Escola de Sargentos de Armas do Exército (ESA) no CIMNC**, comecei informando sobre o processo no Ministério Público Federal (MPF), motivado pelo Ministério Público Estadual (MPPE) e o Fórum Socioambiental de Aldeia, contestando sobre a ESA ser instalada dentro da área do CIMNIC, diante dos impactos ambientais associados à instalação deste projeto. Sobre o andamento deste processo, relato que ainda não teve audiência, apenas uma reunião inicial para entender o contexto com a Procuradora da República, Dra. Mabel Seixas, a promotora de São Lourenço da Mata, Dra. Rejane Strieder e esta gestora. A Dra. Mabel Seixas, em nome do MPF, fez indagações a alguns órgãos, inclusive ao Exército Brasileiro e ao IBAMA, sobre como se deu o processo de dispensa de Licenciamento

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2022 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

Ambiental e sobre o projeto que se pretende instalar. O Exército e o IBAMA enviaram respostas e, diante delas, o MPF solicitou pronunciamento do Conselho Gestor da APA em relação ao posicionamento destes órgãos. Como não houve reunião do Conselho Gestor nesse meio tempo, informei que acionei alguns conselheiros e elaboramos um documento em nome deste Conselho *ad referendum*, o Ofício CGAPAAB nº 06/2022, o qual já foi remetido ao MPF diante do prazo posto; assim, submeti o documento à aprovação do Conselho, que o aprovou por unanimidade. Comentei que para subsidiar tal resposta, elaborei um mapa com as áreas de M1 de proteção aos mananciais dentro do CIMINC, que contém uma rica rede hidrográfica na Bacia do rio Botafogo, ressaltando que as áreas de M1 são mais restritivas que as Áreas de Preservação Permanente (APPs), com o objetivo de demonstrar que não existem grandes áreas fora de M1 no CIMINC, já que o Exército diz que a proposta é instalar o projeto fora das áreas de M1, mas que os estudos ambientais ainda estão sendo feitos e que não tem localização definida; no mapa elaborado ficou claro que a área inicialmente proposta, próxima do Distrito de Chã de Cruz, no município de Abreu e Lima, é uma área bem complexa, pois toda a bacia de captação da Barragem de Botafogo está localizada dentro da área do CIMINC. Informei que foi formalizado um Acordo de Cooperação entre o Exército Brasileiro e o Governo do Estado sobre a pretensão de doar 150 hectares no entorno da Cidade da Copa para instalação desse Complexo Logístico do Exército e uma série de infraestruturas tanto para o Complexo Logístico quanto para a ESA. Nesse acordo o Governo já sinaliza várias contrapartidas para esse empreendimento, que pode trazer riqueza para o Estado e desenvolvimento para a região, mas que é preciso minimizar os impactos ambientais, sobretudo considerando que as nascentes que contribuem para Botafogo estão nessa área do CIMINC e que já existe uma escassez no abastecimento de água para a população. Sobre a cessão de área pelo Governo do Estado para um Complexo Logístico do Exército, ficou o questionamento sobre o porquê não fazer a ESA neste local, já que a área seria equivalente. O Sr. Iran falou sobre a importância do fragmento florestal de Mata Atlântica existente na área do CIMINC e sobre as espécies da fauna que ocorrem no local, que são muitas vezes animais ameaçados de extinção e que não tem necessidade de desmatar esse fragmento, o que reforcei. Comentei que foi bastante trabalhoso construir o mapa correto das áreas de M1 para o CIMINC e ressaltei que o ITEP e CEPAN precisam ser cautelosos na revisão do material cartográfico do Plano de Manejo, pois ele encontra-se defasado e com erros de interpretação legal, sobretudo em relação à Lei de Proteção de Mananciais. A conselheira Edneida, da ANE, afirmou que o Conselho Gestor e o Fórum Socioambiental de Aldeia são dignos de uma Menção Honrosa do CONSEMA pela atuação do grupo no território da APA Aldeia-Beberibe. O conselheiro Herbert informou que o MPF também solicitou posicionamento do FSaA sobre os documentos emitidos pelo IBAMA e pelo Exército Brasileiro, e comentou que existem muitas contradições no documento; informou que dentro do CIMINC existe uma área degradada de cerca de 170 hectares e sem a presença de hidrografia ou áreas de M1 de

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2022 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

proteção de mananciais; propôs uma reflexão sobre a afirmação do Exército sobre uma possível compensação ambiental em seu posicionamento ao MPF, no qual afirma que os custos relacionados pela supressão e compensação seriam arcados pelo próprio Exército, mas como o Exército é mantido com o dinheiro de impostos pagos pela sociedade, seremos nós então que iremos pagar pela localização inadequada do empreendimento, causando uma série de impactos sociais e ambientais? Como encaminhamento para este item de pauta, ficou definido que trataremos desse ponto na Reunião Extraordinária a ser realizada com a SEMAS e CPRH, na tentativa de subsidiar a pasta a conversar com o Governo para demonstrar o equívoco que é construir a ESA dentro do CMINC e sugerir que este empreendimento seja instalado no entorno de Araçoiaba, além de relacioná-lo com o Arco Viário, considerando que mudando a rota do Arco Viário a ESA o acompanharia, o que seria bom para desenvolver a região a noroeste da APA e por se tratar de uma área que já está extremamente degradada. O outro encaminhamento foi a divulgação do documento aprovado na reunião anterior para coleta de assinaturas das entidades que apoiem a proteção da APA Aldeia-Beberibe (abaixo-assinado) para entregar na reunião extraordinária do CONSEMA a SEMAS. Adiante, tratamos do ponto de pauta: **f) Atualização sobre o projeto do Arco Viário Metropolitano.** Passei a palavra ao conselheiro Herbert, que informou que ocorreu o processo licitatório para contratação de empresa para elaboração dos estudos e projetos do Arco Viário entre janeiro e fevereiro, quando houve uma nova onda de COVID que impossibilitou questionamentos sobre o edital, que sob a ótica do FSaA permaneceu com os mesmos problemas do anterior; dessa forma, o processo foi finalizado e a empresa foi contratada pelo Governo do Estado para a realização dos estudos, inclusive os de alternativa locacional. Comentou que, apesar do edital não mencionar, o MPPE exigiu que constasse nos autos do processo o compromisso assumido pela Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA) em audiência ministerial de que pelo menos duas das três alternativas locais a serem estudadas pela instituição contratada seriam contornando a APA Aldeia-Beberibe. Complementei informando que recentemente foi solicitado a CPRH autorização para levantamento de fauna para fomentar o EIA/RIMA do Arco Viário considerando um traçado que contorna a APA Aldeia-Beberibe, o que pode ser um bom indicativo que a rodovia vai “arrodar” a UC; a autorização não foi concedida porque ainda não existe nenhum processo na CPRH vinculado ao empreendimento, mas se se confirmar será a maior vitória deste Conselho Gestor em termos de conservação e proteção do território. Adicionalmente, comentei que o traçado proposto corresponde àquele construído conjuntamente com a Condepe/Fidem, e apresenta distância equivalente ao traçado original que cortaria a APA; para a FIAT fica uma distância praticamente igual, aumentando apenas um pouco mais para atender ao Polo Cervejeiro, porém o objetivo principal é para atender a FIAT. O conselheiro Herbert continuou informando que, após assinarem o contrato, a empresa se propôs a entregar o estudo do traçado em 60 dias, mas que não concluiu e pediu um aditivo de

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2022 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

tempo no cronograma, o que está sendo aguardado; lembrou que o estudo não é garantia que irão contornar a APA, mas eu ressaltai que o pedido de levantamento de fauna que foi solicitado, são estudos mais complexos com metodologias bem específicas para EIA/RIMA. Como encaminhamento se definiu a continuidade do monitoramento do projeto. Passamos ao último ponto, enfim: **g) Informes Gerais.** Informei que, conforme deliberação da última reunião, solicitei à CPRH através da Lei de Acesso à Informação, em nome do Conselho, a lista de empreendimentos licenciados desde 2010 (ano de criação da APA) até o presente momento; a CPRH enviou em resposta uma planilha em Excel com os empreendimentos listados, a partir do qual poderemos verificar o que foi licenciado neste período sem o conhecimento da gestão da APA. Destaquei, no entanto, que os dados não estão espacializados, o que seria importante para identificar a tendência de ocupação do território, sobretudo no contexto de revisão do Plano de Manejo, para identificar quais são as áreas mais vulneráveis. O próximo informe foi referente ao Ofício CGAPAAB nº 08/2022 encaminhado à ALEPE sobre a questão da responsabilidade de fiscalização dos fogos de artifício em área protegidas e que até o momento aguardamos retorno. Do mesmo modo, conforme deliberação do Conselho, foi encaminhado o Ofício CGAPAAB nº 07/2022 para a Diretoria da Usina São José solicitando acesso de pesquisadores e da equipe do CEPAN à Mata de Pitanga e Mata do Engenho Piedade (conhecida como Mata da Usina São José). Quanto a manifestação sobre o licenciamento da Usina Termelétrica Pau-Ferro II, que já fez 2 anos sem retorno, localizada dentro da APA, prevista para ser movida a gás natural mas que o projeto não contemplou o gasoduto nos estudos ambientais, além de outras irregularidades no processo de licenciamento, mandamos o encaminhamento para a SEMAS e para a CPRH, pois o gasoduto vai passar pelo corredor ecológico (não que seja impeditivo) mas para que se exija estudos mais criteriosos como também quais serão as medidas de compensação ambiental e a mitigação desses impactos. O informe seguinte é sobre a ESEC Caetés: a servidora Sandra deixou a Agência por motivos pessoais e eu passarei a responder também pela gestão daquela UC, de modo que precisaremos pensar num modelo de gestão adequado para otimizar a governança ambiental; comentei que a ESEC passou recentemente por uma reforma e conta hoje com uma boa estrutura de trabalho, possuindo inclusive um veículo. Informei também que a servidora Bruna Vanessa entrou na equipe da APA, mas que por motivos pessoais encontra-se trabalhando remotamente, focada na revisão do Plano de Manejo. Outro informe diz respeito à denúncia ao MPPE sobre o licenciamento de empreendimentos licenciados pelos municípios de Recife, Paulista e Igarassu na APA sem o conhecimento da gestão da UC: o processo está na 13ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital, onde o promotor já demandou questionamentos sobre esses empreendimentos irregulares, para o qual respondemos indicando alguns empreendimentos que ocasionalmente tivemos conhecimento, enfatizando que certamente existem outros que não temos. Comentei que a Prefeitura do Recife tem resistência em atender as demandas da

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2022 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

APA para conhecimento dos licenciamentos, e que lá existe um grande volume de processos de regularização de empreendimentos, principalmente no bairro da Guabiraba, de modo que a preocupação volta-se para a questão da proteção dos mananciais, principalmente com o esgotamento sanitário. Comentei que identificamos uma área vizinha a ESEC Caetés que é uma UC municipal de Paulista e, e o CEPAN comentou que está fazendo um levantamento de outras UCs municipais por indicação de Maíra pois dentro da cartografia é importante saber quais outras UCs possuem no território. O Sr. Iran divulgou um projeto que está sendo desenvolvido junto com a CELPE com o objetivo de proteger os animais da rede elétrica dentro da APA. Nada mais havendo a tratar, às 12h34min declarei encerrada a reunião ordinária do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe. Por não haver mais nada a declarar, eu, Cinthia Renata Vieira de Lima, Presidente do Conselho Gestor, lavro esta Ata que, lida e aprovada, será validada pelos conselheiros presentes na reunião, conforme registros em anexo. Recife, 02 de setembro de 2022.